

EDITORIAL

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil assume o discurso de que a “educação é direito de todos”. Não é difícil compreender o que a Lei Maior estabeleceu com isso e parece ser impossível discordar da ideia de que a todas as pessoas deve ser dado o direito à educação. Entretanto, passados quase 31 anos da constituição em vigor, é importante questionar quem são esses “todos” a que a Constituição se refere e o que aconteceu na escola quando esses “todos” começaram a frequentá-la.

Quando os entes federados e a sociedade em geral são obrigados a criar ou a apoiar políticas públicas capazes de dar acesso a “todos” à escola, ela se viu matriculando estudantes de periferia, pessoas com deficiência, estudantes com atraso em relação à idade escolar regular, filhos e filhas de famílias de toda configuração, estudantes do campo, entre outros que, antes de 1988, poderiam estar fora do espaço escolar, no qual, algumas vezes, se vivia uma ilusão de homogeneidade. Quando todas as pessoas adentram a escola, ela passa, de forma definitiva, a ecoar a realidade da vida cotidiana e seus conflitos também. Com “todos” na escola, o compromisso com a qualidade social da educação aumenta, sob pena de não conseguirmos justificar a relevância de termos esses “todos” no ambiente escolar.

Considerando isso, a avaliação pode ser um processo central na qualidade da educação na escola ou pode ser um instrumento reprodutor de injustiças, especialmente se estiver a serviço da mera classificação de estudantes, quase sempre conforme critérios absolutamente subjetivos. Quando as práticas de avaliação colocam-se a serviço das aprendizagens de todos e de todas, a escola assume seu compromisso de tornar a educação “um direito de todos”. Não é importante saber quem são “os melhores” e “os piores” estudantes da escola; o importante é promover práticas para que “todos” aprendam, no seu tempo e a seu modo.

Assim, a avaliação deve ser processo central como um dos elementos da organização do trabalho pedagógico capaz de superar os desafios que enfrentamos no estabelecimento de uma educação de qualidade. Para tanto, é preciso constantemente avaliarmos a avaliação. Isso significa empreendemos esforços para a definição explícita de critérios, a compreensão do que são as aprendizagens na perspectiva curricular estabelecida, o entendimento de como os resultados dos exames em larga escala podem ter usos formativos na escola e o engajamento de todos os segmentos escolares na execução de uma avaliação institucional que legitime a tomada de decisões por parte da gestão escolar.

André Lúcio Bento